

RELATÓRIO DA REUNIÃO

Data: 06.05.2017		Início: 9h00min	Término:
Local: – Comunidade de Degredo – Linhares - ES			
Objetivo da Reunião:			
Participantes		Identificação:	
01	Tiago Cantalice	Fundação Cultural Palmares	
02	Lea Sales	Casa Civil da Presidência da República	
03	Eduardo Bustamante	Fundação Renova	
04	Cassio Barbosa	Herkenhoff & Prates	
05	Ana Carolina Fernandes	Herkenhoff & Prates	
06	José Leite Costa	Associação de Pescadores de Degredo	
07	Integrantes da Comunidade Quilombola	Vide lista de presença	

ASSUNTOS TRATADOS:

1. Sr. José Leite Costa abre a sessão e solicita que todos se apresentem. É feita uma roda de apresentação, na qual todos dizem seus nomes e, eventualmente, suas funções caso estejam à trabalho.
2. Sr. José Leite Costa inicia a pauta do dia informando a finalidade da reunião, enfatizando a relação da comunidade com a Samarco (Fundação Renova) desde o rompimento da barragem. Orienta a comunidade que a reunião está aberta à livre manifestação dos moradores para reclamações e demais solicitações. Orienta sobre a assinatura da lista de presença e passa a palavra.
3. Tiago Cantalice inicia sua fala reforçando que a comunidade sofre com os impactos causados pelo rompimento da barragem. Argumenta sobre a necessidade de reflexão conjunta sobre as alternativas de retomada dos modos de vida e produção econômica. Reforça o papel da Fundação Cultural Palmares de assessoria à comunidade no processo. Enfatiza a importância da participação dos presentes, por meio das livres manifestações. Remonta à reunião passada, realizada em novembro, a partir de seus encaminhamentos: pergunta pelo cadastramento, pela comunicação e pelo teste de qualidade da água. Pergunta para a comunidade quais são as medidas urgentes a serem tomadas pela Fundação Renova e afirma que este momento é importante para o direcionamento dos trabalhos, que será baseado na percepção da própria comunidade.
4. Lea Sales explica a natureza do trabalho a ser desenvolvido. Conta a história do processo de rompimento, desde o dia do evento, passando pela criação da Fundação Renova, pela elaboração do TTAC, pela institucionalidade do processo (Câmara

Técnica e Comitê Interfederativo), e pela necessidade de reflexão e desenvolvimento das ações de reparação para a comunidade. Menciona alguns pontos do trabalho que será feito pela Fundação Renova, por meio de sua consultoria. Solicita à comunidade que conte sua história nos últimos meses: pergunta o que mudou na vida da comunidade desde o evento do rompimento; procura saber de como está a vida em Degredo hoje, depois de tanto tempo passado desde o evento.

5. Pedro Leite Costa, inicia o relato da trajetória da comunidade, muito vinculada à pesca. Diz da relação próxima com o rio e com o mar. Diz dos limites da territorialidade da comunidade. Diz dos impactos diretos do rompimento: perda da qualidade da alimentação, perda das condições de lazer, perda do complemento da renda e das condições de pesca. Diz de seu conhecimento sobre as ações de reparação previstas e das condicionantes ambientais do processo de reparação. Questiona da viabilidade da reparação no ambiente marinho, pensando na cadeia alimentar, cuja base é o camarão, elemento importante da cultura e economia local.
6. José Leite Costa, questiona ainda a questão do trabalho e renda. Alega que a comunidade está sem emprego, desde o impedimento da pesca. Frisa o aumento do número de famílias existentes na comunidade, de 86 para 106, e se preocupa com as condições da reparação, em termos da perda de benefícios, do comprometimento de acesso aos benefícios, em virtude deste aumento do contingente populacional.
7. Simone, fala da ausência de ações concretas da Samarco (Fundação Renova). Fala que os impactos causados na comunidade impuseram a necessidade de mudança da principal atividade produtiva dos quilombolas, a pesca, para o trabalho na colheita de café nas fazendas vizinhas ao Quilombo. Destaca que a mudança causa transtornos ao cotidiano. Fala da insuficiência do cadastramento realizado pelas empresas contratadas pela Samarco, pois não abrange a todas as famílias, e que há problemas de comunicação, pois nem a Samarco, nem a Renova informam à Comunidade sobre as ações. Diz que nenhuma das ações realizadas em campo até o momento surtiu o efeito desejado. Diz que o auxílio financeiro é insuficiente e que contempla uma parcela muito pequena da Comunidade.
8. Monica complementa que a justiça (Poder Judiciário) está igualmente omissa quanto à atenção às comunidades impactadas. Relembra os estudos socioambientais realizados pelo IBAMA e ICMBio, que igualmente não trouxeram encaminhamentos concretos para a comunidade. Reforça a questão da falta de condições para que o agente comunitário de saúde possa dar a devida atenção à comunidade. Diz que a questão da segurança alimentar é crítica, muito vinculada à pesca, e que até o momento não há proposta de encaminhamento. Diz dos impactos causados pela lama

em todos os cursos d'água relevantes para a comunidade. Diz da omissão do Poder Público, nos níveis municipal e estadual, que deixa a comunidade desassistida.

9. Simone relembra a questão do TTAC, que foi construído sem efetiva participação da comunidade no encaminhamento das propostas de solução aos impactos. Reclama que, ao longo do período emergencial, o serviço 0800 disponibilizado pela Fundação Renova não funcionou de maneira efetiva e não conseguiu servir à comunidade. Reclama que os vários atendimentos solicitados não foram encaminhados porque os moradores não estavam incluídos no cadastro emergencial elaborado pela Samarco.
10. Lea Sales questiona quantos dos presentes possuem auxílio financeiro. 8 presentes manifestaram possuir.
11. José Leite reclama da morosidade do processo de cadastramento e encaminhamento da indenização. Diz que o intervalo de um ano que existe entre a coleta dos dados e a ausência de retorno, deixa sob suspeita a questão do encaminhamento das solicitações.
12. Simone reclama da metodologia de aplicação do cadastro, que a formulação das questões não dialoga com a realidade das famílias e que isso gera dificuldade no entendimento dos moradores quanto às questões. Da necessidade de se ter o acompanhamento das lideranças locais, no momento de aplicação do cadastro na comunidade. Reclama da linguagem difícil utilizada e pede revisão das condições de aplicação. Solicita participação efetiva da comunidade neste processo. Diz que a própria comunidade deve ser protagonista dos relatos e encaminhamentos das suas atuais condições.
13. Pedro reclama que o processo de cadastramento é humilhante para a comunidade, porque constrange os moradores, já em condições de vulnerabilidade, com questões de difícil compreensão e dado que a realidade é explícita, que os impactos estão todos visíveis e que o conhecimento da comunidade não é considerado no momento do registro e do encaminhamento das solicitações. Reclama que vai brigar por sua indenização até o último recurso.
14. Lea Sales, esclarece o questionamento de Simone: diz que da parte da Presidência da República, será elaborado relatório de campo, com os resultados da conversa de hoje; se compromete a elaborar documento que dê celeridade ao cadastramento e concessão do auxílio financeiro para a comunidade, considerando que as famílias são quilombolas.
15. Lea Sales pergunta como está a situação da pesca atualmente. Simone responde que ninguém está indo para o mar, principalmente porque não há possibilidade de escoar a produção. Ninguém está comprando porque está com medo da qualidade do

- pescado. José Leite reclama que todo o ferramental da pesca está parado, deteriorando, causando prejuízo financeiro e moral para a comunidade.
16. José Costa reclama da entrada de grandes barcos de pesca, vindos do sul do país, na área da pesca tradicional da Comunidade. Reclama da capacidade de pesca destes barcos, 60ton, e se preocupa com a qualidade do pescado, distribuído no país. Questiona o fato de os pescadores artesanais locais não poderem pescar; e o fato de que as grandes companhias continuam pescando, depredando o estuário local, sem a devida fiscalização do Ibama. Relembra da proibição à pesca predatória.
 17. Tiago Cantalice fala do Programa Brasil Quilombola e reforça que a atuação da Fundação Renova na comunidade de Degredo deve estar baseada nos princípios deste Programa. Deve ressaltar as características locais, notadamente a pesca. Mas enfatiza que as ações devem estar vinculadas à todas as atividades produtivas existentes. Deve abranger toda a comunidade em todas as suas nuances.
 18. Simone volta a questionar a responsabilidade sobre a conferência e confirmação dos dados do cadastro. Diz que os atendimentos devem ser feitos em tempo real, na medida em que for ocorrendo o preenchimento do cadastro. Reclama que quem já preencheu o cadastro não pode esperar a completude do processo, moroso como está, para o recebimento dos benefícios.
 19. Lea Sales faz uma intervenção no sentido de orientar o olhar da comunidade para o processo de encaminhamento da solução dos impactos. Fala no sentido de um compartilhamento de culpas e responsabilidades acerca da reparação. Diz que todas as instâncias, Governo Federal, Governo Estadual, Governo Municipal e Fundação Renova são co-responsáveis pelo compromisso de construir a várias mãos as propostas de solução. Diz ainda que o tempo de solução das questões é o tempo de sua maturação e ressalta a importância da participação e integração de todos. Com isso, pede paciência e cooperação da comunidade com o processo que ora se inicia, que implicará em novas visitas da Fundação Renova à Comunidade e realização dos cadastros que estão faltando.
 20. Monica intervém e diz da importância de humanizar o cadastro. Diz do absurdo da atual metodologia de aplicação do cadastro, que fere a integridade dos moradores locais. Lea aproveita para reforçar a importância da presença de uma liderança da comunidade para acompanhar a aplicação do cadastro. Monica diz da importância de simplificar as perguntas, simplificar a conversa, no momento da interação. Reclama da vinculação das ações ao CADÚnico à reparação da Fundação Renova. Diz que não há adesão massiva aos programas governamentais, para que esta vinculação seja possível.

21. Pedro intervém lembrando a riqueza do município, proveniente dos royalties do petróleo, e solicita atuação da Presidência da República, junto às instâncias decisórias, para que percentual de 10% dos royalties do Petróleo auferidos pelo Município de Linhares, sejam repassados à Associação dos Moradores de Degredo para investimentos nas áreas de saúde e demais necessidade imediatas de serviços públicos.
22. Cléa reclama da ausência de Creche na comunidade. Diz que fez o trabalho de identificação de toda a comunidade escolar nesta faixa etária, contabilizando 26 crianças, e diz que não há creche ou outra instituição que as atenda. Reclama das condições do transporte escolar, em virtude das distâncias entre os locais de residência das crianças e seus locais de estudo. Simone complementa que a legislação vigente dificulta o traslado de crianças da comunidade e, conseqüentemente, o acesso destas ao sistema educacional. Informa que os alunos em idade de cursar nível médio, residentes na comunidade, têm evadido por causa das dificuldades em se deslocar cerca de 50km para Linhares para frequentar as aulas.
23. Simony questiona sobre qual é a etapa atual do processo de reparação. Informa que a comunidade já avançou em tudo o que pode, em termos de cessão de informações, mas que a Renova ainda não consolidou as informações para encaminhar as soluções. Tiago intervém solicitando à Fundação Renova que agilize o processo de solução da situação do cadastro, lembrando que este tópico saiu como encaminhamento da reunião anterior, embora assuma que a Fundação Palmares não fez a fiscalização e o acompanhamento do processo no que se refere à evolução do processo. Se compromete a fazer contato com a SEPPIR, no intuito de verificar a possibilidade de construção conjunta, com o Poder Público e Comunidade, de soluções participativas para as questões que extrapolam os impactos do rompimento.
24. Monica diz da vulnerabilidade de algumas famílias, que deixam seus filhos adolescentes cuidando de irmãos menores. Tudo isso em virtude da situação decorrente dos vários fatores que impactam a situação do trabalho e da renda. Admite que não é culpa direta da Fundação Renova, mas convoca todos a assumirem suas parcelas de responsabilidades para que as ações sejam conjuntas, efetivas e eficazes. Reclama, no entanto, que o impacto do rompimento refletiu diretamente nas condições da pesca artesanal local. Diz que os pescadores não possuem ferramental e maquinário para realizar a pesca em águas mais profundas, que estão mais isentas do impacto.

25. Ana Carolina remonta à fala da Fundação Palmares, ressaltando a importância da constituição de uma comissão na comunidade, que possa reunir os interesses da comunidade e encaminha-los no âmbito institucional junto à Fundação Renova.
26. Monica retoma a questão dos impactos, à pedido de Ana Carolina, falando das condições atuais dos rios, córregos, mar e peixes da região. Reforça que quando bate do vento sul, as águas do mar ficam leitosas e amareladas. Em paralelo, diz ter recebido informação que um derivado de sílica, usada no beneficiamento do minério, está presente no rio, decantado em seu leito e isso tem causado turbidez nas águas fluviais e alteração na qualidade da água. Diz que os estudos realizadas pela Fundação Renova, para qualidade da água, não tiveram seus resultados compartilhados com a comunidade. Relata o impacto da mortandade de peixes no rio Piranga para o cotidiano da comunidade.
27. Lea Sales questiona a comunidade acerca das alternativas econômicas, sociais e culturais da comunidade, em virtude da realidade do impacto, já que a recuperação ambiental será difícil e demorada.
28. Pedro diz que há algumas alternativas inclusive para a pesca, para retomada das atividades econômicas. Mas alega que a legislação ambiental funciona como restrição às iniciativas da comunidade. Pede maior integração e adequação da legislação ambiental ao contexto de Degredo. Indica, por exemplo, a aquicultura, por meio de tanques de peixe, como alternativa
29. Simone chama atenção para a gravidade da cumulatividade do impacto, na medida em que na falta de atividades econômicas, os moradores estão se desfazendo de bens e propriedades para conseguir dinheiro para o sustento cotidiano. E esta venda de lotes pode se desdobrar em perda das características tradicionais da comunidade e do modo de produção no território.
30. Eduardo Bustamante apresenta a dinâmica de trabalho da Fundação Renova pelo Programa de Proteção e Recuperação da Qualidade de Vida dos Povos e Comunidades Tradicionais, nos territórios impactados. Reconhece com a comunidade sobre as dificuldades da Renova e da morosidade dos encaminhamentos. Destaca que o reconhecimento desta comunidade foi recente e a partir disso apresenta o compromisso da Renova, de modificação do status do relacionamento entre Fundação e Comunidade. Declara que desta forma as tratativas para a comunidade quilombola de Degredo será por este programa específico e que desta forma será possível acelerar as ações emergenciais que serão estruturadas junto com a comunidade e poder público.

31. A Fundação Renova assume o compromisso de dar visibilidade à questão quilombola, no âmbito da reparação, dentro do escopo do Programa que dá assistência aos povos tradicionais.
32. Eduardo diz das mudanças práticas do relacionamento que ocorrem a partir deste primeiro encontro: garante presença da Fundação Renova na comunidade destacando as práticas com povos indígenas e o plano de cheias desenvolvido em colaboração com município e empreendimentos.
33. Marcos remonta fala de Eduardo, falando dos riscos de uma cheia na comunidade, enfatizando a severidade dos impactos; e referendando a necessidade do plano de contingência de cheias, anunciado pela Fundação Renova, na fala de Eduardo.
34. Eduardo concorda e continua trabalhando a questão da importância da mudança no status do relacionamento entre comunidade e Fundação Renova. Enfatiza que é preciso mudar o pensamento, na medida em que a comunidade não será mais assistida pela equipe de diálogo social, mas sim pela equipe de especialistas no trato com comunidades tradicionais, resgatando o respeito às características constituintes da cultura e do modo de vida da comunidade. Assume o compromisso de prover soluções específicas, diferenciadas para Degredo, que precisa de atenção específica.
35. Monica questiona o modelo de atuação da Fundação Renova, pensando no escopo de atuação sobre populações tradicionais. Lembra do pessoal do Campo Grande, os caboclos e outras populações cujos modos de vida são igualmente tradicionais. Afirma que de Degredo à Povoação, todos são parentes, ressaltando a característica tradicional da região, mesmo que não sejam quilombolas. Eduardo responde que a Fundação Renova lançará olhar específico para todos os povos tradicionais, se comprometendo a entender os respectivos contextos e construir encaminhamentos específicos.
36. Eduardo retoma sua fala e a conclui com a proposta de uma agenda quinzenal de visitas e contatos efetivos para encaminhamentos das questões na região.
37. Lucilene sugere encaminhamento de solução: que Monica seja consultada, na qualidade de agente de saúde e moradora da região, conhecedora que é da maioria das pessoas, sobre o entendimento das questões locais e para direcionamento das demandas comunitárias.
38. Tiago concorda com Lucilene e já sugere o encaminhamento de tornar Monica uma liderança formal da eventual Comissão a ser constituída pelos moradores de Degredo.
39. Tiago questiona Monica sobre eventual aumento de endemias ou doenças na comunidade, desde o evento do rompimento. Monica responde que teve sim aumento de ocorrências, sendo algumas delas inclusive identificadas nas áreas mais remotas da comunidade, que no mais das vezes fica desassistida.

40. Eduardo reconhece a importância da constituição de lideranças locais, que representem formalmente os interesses da comunidade junto à Fundação Renova, e fortalece a ideia do relacionamento intermediado pelas falas das Comissões, na condição de falas representativas da comunidade como um todo. Reforça a validade da ideia e o apoio da Fundação Renova à esta iniciativa.
41. Ana Carolina sugere que eventual constituição de Comissão seja feita no âmbito da reunião da Associação de Moradores, no intuito de conferir validade ao processo, de oficialidade da iniciativa. A ideia é de conferir integridade à Comissão a ser criada, num momento particular da comunidade, isento dos interesses e da presença da Fundação Renova.
42. Eduardo sugere que, na sequência desta reunião de apresentação, nova reunião da Associação de moradores seja imediatamente iniciada para escolha de data para realização da eleição dos cinco membros da comunidade que constituirão a Comissão.
43. Tiago conduz a reunião para os encaminhamentos
44. Simone pede como encaminhamento da questão dos pescadores, uma data para o acesso definitivo aos benefícios anunciados pela Renova, a fim de orienta-los quanto ao futuro de suas atividades econômicas.

- Constituição a Comissão de Relacionamento de Degredo, para as relações institucionais com a Fundação Renova
- Elaboração de relatório mensal de atividades, universalizando o conhecimento entre Comissão, Fundação Palmares, Presidência da República, Fundação Renova, acerca das atividades cotidianas a serem realizadas
- Compartilhamento do cronograma de atividades com todas as partes envolvidas, tão logo esteja elaborado em versão mais consistente
- Rever a questão do cadastro integralizado e a questão da concessão do auxílio financeiro, dando celeridade à resolução da pendência existente desde a reunião de novembro;
- As análises químicas e hídricas que não foram realizadas na região serão realizadas periodicamente de acordo com a área de meio ambiente da Fundação Renova;
- Mapear todas as alternativas de produção econômica e cultural da comunidade, como foi exemplificado por meio do tanque de peixes, para que seja viabilizada a materialização de uma solução;
- Discutir, internamente à comunidade, a entrada do Cadastro Ambiental Rural (CAR) na comunidade, no sentido de orientar as possibilidades de uso do solo, por parte dos moradores, em vista das restrições da legislação ambiental;
- Fundação Palmares se comprometeu a articular com o Ministério das Comunicações a possibilidade de instalação de antena de emissão de sinal de internet para conexão de Degredo com a rede.
- Realização de caminhada por Degredo, com a finalidade de apresentar a equipe técnica da Fundação Renova para pessoas ausentes, e para identificação dos limites territoriais e dos marcos comunitários.
- Entrega, pela Fundação Palmares, de lista de contatos de todas as instâncias governamentais, por meio das quais a comunidade de Degredo poderia ter acesso às informações e resoluções acerca das questões quilombolas.